

Do Crime e do Castigo
Temas e Debates Contemporâneos

Manuela Ivone Cunha (organizadora)

DO CRIME E DO CASTIGO

TEMAS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS



LISBOA, 2015

© Manuela Ivone Cunha (organizadora), 2015

Manuela Ivone Cunha (organizadora)

Do Crime e do Castigo. Temas e Debates Contemporâneos

Primeira edição: dezembro de 2015

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-47-1

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Revisão de texto: Manuel Coelho

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: editora.cies@iscte.pt

Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Sobre os autores	vii
Nota de apresentação	1
<i>Manuela Ivone Cunha</i>	
1 Das leis, dos tribunais e das diferenças culturais	3
<i>Manuela Ivone Cunha e Patrícia Jerónimo</i>	
2 Das leis das drogas, seus públicos e seus limites. Ensinamentos de experiências contemporâneas de descriminalização	23
<i>Jorge Quintas e Helena Antunes</i>	
3 Do fenómeno droga e da perturbação da estabilidade normativa	45
<i>Luís Fernandes</i>	
4 Da insegurança de rua. Notas sobre um objeto complexo	63
<i>Ximene Rêgo</i>	
5 Media e crime. Dos <i>media</i> e da construção das realidades criminais	81
<i>Sílvia Gomes</i>	
6 Da delinquência juvenil. Contributos para a problematização de um conceito	99
<i>Vera Duarte e Maria João Leote de Carvalho</i>	
7 De mulheres, criminalidades e sistema de justiça. Rumos e problemas	113
<i>Rafaela Granja</i>	

8	Da polícia e do policiamento urbano em Portugal. Mudança e perspetivas do terreno	129
	<i>Susana Durão</i>	
9	Dos estudos de vigilância, videovigilância e tecnologia. Reflexão sobre o estado da arte.....	147
	<i>Catarina Frois</i>	
10	Das bases de dados genéticos na investigação criminal. O debate nas ciências sociais e estudos empíricos em Portugal	163
	<i>Helena Machado</i>	
11	Da relação prisão-sociedade. Atualização de um balanço	181
	<i>Manuela Ivone Cunha</i>	

Sobre os autores

Manuela Ivone Cunha é doutorada em antropologia, com agregação em sociologia. Ensina na Universidade do Minho, onde é diretora do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, e membro do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Pólo UMinho (CRIA-UMinho). Foi vice-presidente da Associação Europeia de Antropologia Social (EASA) e em 2002 recebeu o Prémio Sedas Nunes Para as Ciências Sociais.

Patrícia Jerónimo é doutorada em direito pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. É professora auxiliar na Escola de Direito da Universidade do Minho, onde lecciona desde 1995 e onde dirige, desde 2014, o Mestrado em Direitos Humanos. Integra o Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (DH-CII) da Universidade do Minho.

Jorge Quintas é professor na Faculdade de Direito da Universidade do Porto e investigador na Escola de Criminologia da mesma instituição. Doutorado em criminologia, mestre e licenciado em psicologia.

Helena Antunes é mestre em criminologia e licenciada em sociologia.

Luís Fernandes é professor associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Tem dedicado os seus trabalhos à investigação etnográfica do fenómeno droga em contexto urbano. A evolução do lado mais problemático deste fenómeno conduziu-o à pesquisa sobre a marginalidade, o sentimento de insegurança e as violências estrutural e quotidiana.

Ximene Rego é licenciada em psicologia (FPCE-UP) e doutorada em antropologia urbana (ISCTE-IUL). Integra atualmente o Departamento de Investigação da APDES e é membro, desde 2014, da RECI — Research in Education and Community Intervention, unidade de investigação FCT.

Sílvia Gomes é professora auxiliar convidada no Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e bolseira de Pós-doutoramento na Universidade do Minho, Florida State University e University Van Amsterdam. Investigadora no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais, pólo Universidade do Minho (CICS.NOVA UM) e na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC ISMAI).

- Vera Duarte** é doutorada em sociologia, professora auxiliar no Instituto Universitário da Maia, investigadora no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais, pólo Universidade do Minho (CICS.NOVA, UM) e da Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento, do Instituto Universitário da Maia (UICCC.ISMAI).
- Maria João Leote de Carvalho** é doutorada em sociologia (FCSH-UNL) e investigadora do CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Universidade Nova de Lisboa. Tem desenvolvido investigação sobre delinquência, violência urbana, sistemas de justiça juvenil, direitos da criança e estudos dos media. É membro do European Council for Juvenile Justice e do European Juvenile Justice Observatory (EJJO).
- Rafaela Granja** é doutorada em sociologia e investigadora no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. As suas principais áreas de investigação centram-se nos estudos prisionais, nas relações familiares e estudos de género.
- Susana Durão** é professora no Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, São Paulo), é pesquisadora visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Interessa-se pelos temas da segurança, instituições policiais e policiamento, violência urbana, direitos humanos e género. Coordena o projeto de pesquisa COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil, FCT (PTDC /IVC -ANT/5314/2012).
- Catarina Frois** é professora auxiliar convidada no Departamento de Antropologia do ISCTE-IUL, onde é diretora do Curso de Especialização em Criminalidade e Desvio, é investigadora FCT (projeto “Security in Context. An anthropological study on concepts and practices in 21st century Portugal”).
- Helena Machado** é investigadora-coordenadora no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, doutorada em sociologia (2003) e com agregação (2009) pela Universidade do Minho. Especialista em estudos sociais da genética forense, biocidadania e sociologia do crime. Lidera equipas financiadas pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Nota de apresentação

Manuela Ivone Cunha

Esta coletânea interdisciplinar reúne autores de várias áreas do saber que se cruzam nos estudos sociais do crime e da justiça.¹ Se há muito estes autores colaboram entre si de várias maneiras nos respetivos trabalhos, mesmo que as linguagens conceptuais sejam diversas, é porque têm como denominadores comuns, entre outras afinidades, dois adquiridos elementares, dois fundamentos clássicos que continuam a reconhecer como válidos. O primeiro mostrou ser redutor analisar o crime apenas como o resultado de um defeito individual ou de uma conduta amoral. Ele é, também, um facto social. Quem transgredir a lei vive, como qualquer indivíduo, em mundos sociais que condicionam a sua existência de muitas maneiras. Não só na medida em que as possibilidades para o acatamento das leis variam consoante esses mundos — tal como nalgumas situações essa observância exige dos indivíduos muito mais esforço e resistência do que noutras —, como ainda na medida em que eles moldam com as suas lentes aquilo a que cada um dá valor ou se entende como normal.

O segundo adquirido basililar diz respeito às leis — a própria matéria acatada ou transgredida. Da mesma maneira que os indivíduos não existem separados dos seus mundos sociais, tão-pouco as leis existem no vácuo, mas ganham forma e existência concreta através das práticas que as implementam e aplicam. Sendo humanas, as leis são também elas, inevitavelmente, constituídas por processos sociais e culturais. É pois com esta dupla bússola que os 11 capítulos deste volume percorrem, cada um a seu modo, questões contemporâneas do crime, do castigo e dos meios por detrás de ambos.

Percorrem, todavia, essas questões com o propósito científico-pedagógico particular que orientou esta coletânea e desafiou os seus autores a uma mesma tentativa dentro dos respetivos domínios de especialidade: a de fazer um ponto da situação quanto ao estado do conhecimento sobre um tema específico, a identificação das linhas de força de uma discussão ou o balanço dos principais debates em

1 São devidos agradecimentos à Universidade do Minho, e em particular ao Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, pelo patrocínio proporcionado a esta publicação.

torno de uma questão emergente. As regras do jogo distinguiram este volume quer de um manual — um género orientado para outros fins e em que existe já oferta de qualidade —, quer de uma coletânea de textos centrados na investigação dos respectivos autores. A investigação de cada um/a foi aqui convocada a outro título: seja o de fornecer um ponto de vista para uma revisão crítica da literatura científica existente sobre um dado tópico, ou situar o ponto de partida para um diálogo com essa literatura, seja o de suscitar uma discussão nos moldes propostos pelo/a autor/a, pois que coube a cada um/a formular a respetiva questão nos termos que considerasse pertinentes e relevantes. Quis-se propor uma visão de conjunto avançada sobre um leque de matérias específicas, de modo a que diferentes públicos aí pudessem encontrar, se não as balizas suficientes para conhecê-las, pelo menos um mapa para um percurso próprio que queiram desenvolver por si mesmos através de leituras especializadas.

Outra regra do jogo foi a de incluir a realidade portuguesa (a empírica ou a da investigação sobre ela) nessa visão de conjunto, mesmo se em graus ou modalidades variáveis. Demasiadas vezes nos “estados da arte” e nas “revisões da literatura científica” a atenção ao panorama internacional da investigação vê-se enviesada por duas tendências simétricas. Por um lado, a de esquecer que a investigação empírica produzida noutras paragens não se baseia menos do que a nacional em realidades específicas ou localizadas. Não é portanto mais universalizável de antemão ou generalizável por natureza, nem deve, por isso mesmo, ser dispensada de uma atenção que acautele a sua comparabilidade quando convocada para a análise de realidades em coordenadas sócio-históricas diferentes daquelas a que se reporta. Complementar a esta tendência é a de esquecer, por outro lado, que a investigação sobre realidades portuguesas não tem de antemão menos relevância teórica pelo simples facto de incidir sobre estas, nem é menos universalizável nos mesmos termos do que a restante, salvaguardadas as mesmas cautelas.